

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>             | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>           |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>          |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>               |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>               | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>          |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>   |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>               | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1325/2020-PGJ, DE 24.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Crise – COVID-19, bem como a instituição do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS); e

CONSIDERANDO a Portaria nº 1746, de 24 de abril de 2020, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que prorroga o Regime de Plantão Extraordinário e estabelece novas regras de suspensão dos prazos dos processos judiciais, durante o período emergencial decorrente da pandemia do Coronavírus – COVID-19, na forma da Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

**R E S O L V E :**

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 15 de maio de 2020, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça, o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), que consiste nas providências urgentes, excepcionais e temporárias previstas na Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, como medidas de prevenção e contenção do contágio pela COVID-19.

Art. 2º Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1312/2020-PGJ, DE 23.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA         | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Antonio Siufi Neto               | 24                 | 1º a 24.4.2020     |
| Evaldo Borges Rodrigues da Costa | 3                  | 23 a 25.3.2020     |
| Nilza Gomes da Silva             | 30                 | 23.3 a 21.4.2020   |

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1283/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 3 a 7.8.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1284/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 12 a 19.9.2018 e 30.1 a 6.2.2020, a serem usufruídos nos dias 30 e 31.7.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1305/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA                 | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Antenor Ferreira de Rezende Neto      | 20                 | 16.3 a 4.4.2020    |
| Daniella Costa da Silva               | 30                 | 1º a 30.6.2020     |
| Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo | 20                 | 10 a 29.3.2020     |
| Janeli Basso                          | 15                 | 4 a 18.5.2020      |
| Talita Zoccolaro Papa Muritiba        | 10                 | 18 a 27.3.2020     |
| Viviane Zuffo Vargas Amaro            | 30                 | 6.3 a 4.4.2020     |

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1298/2020-PGJ, DE 17.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Marcelo Ely o 2º período de férias, que seriam usufruídas de 1º a 10.6.2020, tendo em vista a concessão de licença para o trato de interesse particular.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1246/2020-PGJ, DE 15.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 26.3.2020, as férias da servidora Ariane Akemi Ito Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 19 a 22.10.2020, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.12.2020, nos termos dos artigos 11 e 14 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1254/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Adair Marques Correa Junior, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, que seriam usufruídas no período de 23.3 a 1º.4.2020, a serem usufruídas no período de 14 a 23.9.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1255/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.3.2020, as férias do servidor Afonso Luiz Taveira, concedidas por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 13 a 27.10.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1257/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Carolyne Silvestre Oliveira Mendes, de forma que, onde consta: “de 1º a 8.4.2020”, passe a constar: “de 9 a 16.9.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1258/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Ellen Tápia Vargas, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020, a serem usufruídas no período de 6 a 15.5.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1259/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Hermes Alencar de Lima, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2020, a serem usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1260/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Jeferson Willian Turchiello, por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1261/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Jéssica Gabrielle Rech, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020, a serem usufruídas no período de 19 a 28.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1262/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Juliane Giroux Alvarenga Malheiros, por meio da Portaria nº 1892/2019-PGJ, de 31.5.2019, com a redação dada pela Portaria nº 4008/2019-PGJ, de 29.10.2019, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020, a serem usufruídas no período de 4 a 13.5.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1263/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.3.2020, as férias da servidora Juliana Giovani de Souza Ferreira, concedidas por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 1º a 29.7.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1264/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Lucia Stein Basso, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 13.4 a 2.5.2020, a serem usufruídas no período de 13.7 a 1º.8.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1265/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Natália França Saraceni, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 13.4 a 2.5.2020, a serem usufruídas no período de 15.6 a 4.7.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1266/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Rita de Cassia Figueiredo de Mello, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020, a serem usufruídas no período de 12 a 21.8.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1267/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Luciana Zucarelli Rezende, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, que seriam usufruídas no período de 27.4 a 6.5.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1268/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Robson Augusto Lima Rosa, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 27.4 a 16.5.2020, a serem usufruídas no período de 21.9 a 10.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1269/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Suellen Cristina Nazaré da Silva, por meio da Portaria nº 3327/2019-PGJ, de 10.9.2019, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.4.2020, a serem usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1292/2020-PGJ, DE 17.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 6 a 30.4.2020, em razão de afastamento da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1296/2020-PGJ, DE 17.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Débora Duarte Santana, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 10.2 a 7.8.2020, em razão de licença-maternidade da servidora Camila Ramalho Mendes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1297/2020-PGJ, DE 17.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 24.4.2020, em razão de licença-maternidade da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1299/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 17.4.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 1300/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 23.3.2020, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1301/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6.4 a 4.6.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1302/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 25.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005; e tornar sem efeito a Portaria nº 1034/2020-PGJ, de 18.3.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1303/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012:

| SERVIDOR(A)                                | QUINQUÊNIO | A PARTIR DE |
|--|------------|-------------|
| Josiane Sanches de Mamann Zillo            | 4º         | 12.4.2020   |
| Maria Caroline Lima Madureira              | 1º         | 17.4.2020   |
| Phelipe Alves de Oliveira                  | 1º         | 23.4.2020   |
| Claudia Vargas dos Santos                  | 4º         | 17.4.2020   |
| Letícia Sousa Gonçalves                    | 1º         | 1º.4.2020   |
| Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi | 4º         | 12.4.2020   |
| Maria Aparecida Alves                      | 1º         | 6.4.2020    |
| Sydnei Ferreira Ribeiro Junior             | 4º         | 12.4.2020   |
| Joel Gonçalves Coelho                      | 3º         | 12.4.2020   |
| Gissela Mie Kobayashi Trachta              | 4º         | 14.4.2020   |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1308/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Daniela Saab Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande, e atualmente designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça de Bataguassu, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Anaurilândia, no período de 12 a 27.3.2020 em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Eliane Angelina Simões Moreira Só e Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1309/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 43ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 16.3.2020, durante o período de licença-maternidade da servidora Paola Reginato Pereira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1310/2020-PGJ, DE 22.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 6.3.2020, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/4616/2019 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Delegacia de Atendimento à Mulher de Corumbá/MS, representado pela Delegada de Polícia Civil – Tatiana Zyngier e Silva.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

CPU: 3 unidades

Monitor: 3 unidades

Data: 4.12.2019.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/4616/2019 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul-AGEPREV, representado por seu Diretor-Presidente – Jorge Oliveira Martins.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

CPU: 15 unidades

Monitor: 15 unidades

Data: 4.12.2019.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2020ARN00060 DE 23.04.2020**

Processo PGJ/10/4890/2019

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Objeto:** Cancelamento de restos a pagar não processados tendo em vista a inexecução total do objeto pela Contratada e despacho da Excelentíssima Secretária-Geral às fls. 59-60 do Processo PGJ/10/4890/2019. Empenho (2019NE006639) publicado no DOMP-MS nº 2.115 de 18 de dezembro de 2019 (página 12).

**Valor:** R\$ 154,31 (cento e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos).

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0849/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC**, representado por sua Diretora-Presidente, **Nilde Clara de Souza Benites Brun**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada.

Amparo Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

**Objeto:** Prestação de serviço técnico-especializados na organização e realização de concurso público, no presente caso o processo seletivo de estagiários, incluídos a contratação de todo pessoal (apoio, fiscais e componentes da banca de avaliação das provas práticas e desempenho-didático) responsável pela elaboração, impressão e aplicação de provas para seleção de estudantes de nível médio; nível superior/Graduação; nível superior/Pós-Graduação para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$ 423.000,00 (quatrocentos e vinte e três mil reais) nos termos na Nota Empenho nº 2020NE000156, de 15.04.2020.

Vigência: 22.04.2020 a 22.04.2021.

Data de assinatura: 22 de abril de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2020.00000279-4.****RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº0001/2020/02PJ/BTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim, Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque e Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, resolve:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal vigente está fundada no respeito à cidadania e à dignidade da pessoa humana, nos termos do art. 1º, incs. II e III, e, parágrafo único;

CONSIDERANDO que a cidadania deve ser entendida como um agregado de direitos e garantias mínimas para a vida em sociedade, estando o meio ambiente ecologicamente equilibrado inserido neste contexto como fator do bem-estar comum, inclusive sendo classificado como um dos “direitos humanos de terceira geração”;

CONSIDERANDO que a Ordem Econômica prescrita pela Constituição Federal vigente privilegia a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, visando assegurar a todos uma existência digna, segundo alguns princípios, dentre eles, o da defesa do meio ambiente, na dicção do art. 170, inc. VI;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a recomendação é um importante instrumento de atuação do Ministério Público, porquanto objetiva a correção de determinadas condutas irregulares, além de objetivar a resolução consensual de conflitos (Resolução nº 164/2017, do CNMP, artigo 2º, incisos IX e X);

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 2º, inc. I, tem como princípio que haverá ação governamental para o alcance e manutenção do equilíbrio ecológico, sendo o meio ambiente considerado um patrimônio público;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 12.305/2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), estabelece em seu artigo 18 que a existência de Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) é condição obrigatória para acessar recursos públicos oriundos da União para fins de investimento e custeio no setor de limpeza pública, bem como em seu artigo 47, II, proíbe a disposição de resíduos a céu aberto;

CONSIDERANDO que foi firmado contrato administrativo entre o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – CIDEMA, vigente desde agosto de 2019;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 014/2020/DIR/CIDEMA, no dia 10/02/2020, que noticiou o fato que “*alguns municípios não estão cumprindo os quantitativos ofertados, fazendo o transporte e disposição dos resíduos sólidos bem abaixo das previsões e levando a empresa operadora do aterro a solicitar reequilíbrios em todos os meses desde o início da operação do aterro*”;

CONSIDERANDO que no dia 04/03/2020 o Secretário Executivo do CIDEMA prestou declarações no Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA, oportunidade em que reiterou que “*alguns municípios do consórcio CIDEMA não estão utilizando a totalidade do contrato para a disposição de resíduos sólidos no aterro de Jardim, o que vem causando prejuízo financeiro ao contrato, uma vez que já foi pedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato por parte da empresa, porquanto o volume de resíduos encaminhados ao aterro por alguns municípios se encontram aquém do*”

*contratado (...). Ademais, informou que os prejuízos causados até dezembro de 2019 à empresa Kurica Ambiental equivalem ao montante aproximado de R\$ 556.587,13.”;*

CONSIDERANDO que o artigo 54, § 2º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998 prevê como crime a conduta de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, sendo certo que se o crime ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, a pena é majorada de um a cinco anos;

CONSIDERANDO que Lei Federal nº 8.429 (Lei de Improbidade Administrativa), no artigo 11, inciso II, prevê que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

CONSIDERANDO que a conduta de gestores públicos que – mesmo possuindo opção viável para transbordo dos resíduos sólidos, continuem permitindo o depósito dos mesmos em lixões ilegais - poderia se amoldar, em tese, ao crime acima destacado (artigo 54, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.605/1998) e ao ato de improbidade administrativa destacado supra (artigo 11, inciso II, da lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que Supremo Tribunal Federal já proferiu decisão condenando Prefeito Municipal por ato de improbidade administrativa em razão de irregularidades verificadas na coleta e depósito de resíduos sólidos, ementada nos seguintes termos: “IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. COLETA E DEPÓSITO. IRREGULARIDADES. DANOS AMBIENTAIS. ATO DE IMPROBIDADE. PREFEITO MUNICIPAL. CONFIGURAÇÃO. SANÇÕES. ARTIGO 12 DA LEI N. 8.429/1992. PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. É de se reconhecer o ato de improbidade administrativa, com base nos artigos 10 e 11, ambos da Lei n. 8.429, de 1992, quando evidenciados danos ao ambiente, além de prejuízos ao erário, por irregularidades na coleta e no depósito de resíduos sólidos urbanos que persistiram face a conduta do Prefeito Municipal acerca da questão. 2. O agente público, que pratica ato de improbidade administrativa, deve ser submetido às sanções cominadas no artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, observadas, na fixação destas, as particularidades do caso, em respeito ao princípio da proporcionalidade.” (...) (ARE 925289, Relator Min. GILMAR MENDES, julgado em 05/11/2015, publicado em 11/11/2015);

CONSIDERANDO que a expedição de recomendação tem o condão de configurar o dolo do gestor público em descumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a saber: “(...) *caso seja atendida, a recomendação será um instrumento de autocomposição extrajudicial do Ministério Público e, caso não seja atendida, será relevante instrumento preparatório de documentação do dolo do agente para a posterior responsabilização por improbidade administrativa*” (ÁVILA, Thiago André Pierobom de. A recomendação ministerial como possível instrumento de delimitação do dolo da improbidade administrativa);

CONSIDERANDO que a Lei dos Consórcios Públicos assegura que os agentes públicos responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos (artigo 10, parágrafo único, *in fine*, da Lei nº 11.107/2005);

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL RECOMENDA, com fundamento no art. 27, inc. IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público):

- Aos Senhores Prefeitos Municipais e Secretários de pasta responsáveis pelos resíduos sólidos, nos Municípios de Bonito, Bela Vista, Caracol, Jardim, Guia Lopes, Nioaque, Caracol e Porto Murtinho que remetam a integralidade dos resíduos sólidos domiciliares coletados (excetuados aqueles encaminhados à reciclagem ou outro tipo de tratamento legalmente previsto) ao aterro sanitário consorciado localizado na Cidade de Jardim, fiscalizando e coibindo a remessa dos mesmos aos antigos lixões destas Cidades;

Outrossim, informo que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar processo criminal, ação civil pública ou responsabilização pelos prejuízos ambientais e aos cofres públicos.

Requisita-se, no prazo de 15 (quinze) dias, informações sobre se os Municípios adotarão ou não as providências recomendadas, bem como, em caso positivo, quais as providências foram adotadas.

Bonito, 09 de março de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR  
Promotor de Justiça

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO  
Promotor de Justiça

MARIANA SLEIMAN GOMES  
Promotora de Justiça

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

#### MUNDO NOVO

---

#### RECOMENDAÇÃO N. 0002/2020/01PJ/MUV<sup>1</sup>

Ref. Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000556-9

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO SANAR IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO-MS.

Exmo. Sr. Diretor-Presidente da SANESUL, Walter Benedito Carneiro Júnior:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 23, § 1.º, da Resolução PGJ n. 015/2007<sup>2</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei n.º 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC n.º 72/94);

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público, consoante reza nossa Carta Republicana, no art. 129, II, é "*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia*";

---

<sup>1</sup> Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), "em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil".

<sup>2</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"*<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"*<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameçam ou lesionam"*<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO que, na data de ontem (22.04.2020), aportaram nesta Promotoria de Justiça excessivas *"denúncias"* reportando irregularidades no fornecimento de água em diversos bairros neste município de Mundo Novo-MS;

CONSIDERANDO, também, que, em pesquisas à rede social *Facebook* do Governo de Mundo Novo-MS e da TV SOBRINHO MS, foram encontradas diversas reclamações de moradores sobre as irregularidades no fornecimento de água (conforme capturas de tela juntadas ao procedimento preparatório em testilha);

CONSIDERANDO que, além dos registros citados externando a descontinuidade do abastecimento de água em vários bairros nesta cidade de Mundo Novo-MS, há, ainda, desinformação pela população acerca da origem dessa problemática;

CONSIDERANDO, sobremais, que a Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou a epidemia do novo coronavírus (COVID-19) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO, ademais, que, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS - declarou a caracterização desse evento como pandemia, em razão da amplitude mundial;

CONSIDERANDO que, neste município de Mundo Novo-MS, até a data de ontem (22.04.2020), já foram confirmados 02 (dois) casos de pessoas infectadas pelo coronavírus, conforme divulgado pelo Governo Municipal de Mundo Novo-MS em suas redes sociais e confirmado pela Secretaria de Saúde Estadual por meio do botim epidemiológico<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO, igualmente, que, no município de Guaíra-PR, que faz divisa com este município de Mundo Novo-MS, e, como cedejo, possui grande trânsito de moradores residentes nesta urbe, já foram confirmados 08 (oito) casos positivos de pessoas com COVID-19, consoante boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná<sup>7</sup>;

CONSIDERANDO a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que, dentre outras medidas diversas, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, prevê, em seu inciso VII do art. 3.º, que *"Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas: .... VII - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;"*

<sup>3</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

<sup>4</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 49.

<sup>5</sup> GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

<sup>6</sup> <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.04.22-Errata.pdf>

<sup>7</sup> [http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/INFORME\\_EPIDEMIOLOGICO\\_22\\_04\\_2020.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/INFORME_EPIDEMIOLOGICO_22_04_2020.pdf)



CONSIDERANDO que a prevenção do contágio pela população se dá, primariamente, pela higienização pessoal (v.g. *lavagem frequente de mãos e banhos*), de moradias, estabelecimentos públicos e privados e unidades de saúde;

CONSIDERANDO que a interrupção dos serviços de água atinge inúmeras famílias, contribuindo, assim, para a ausência de higienização adequada e, conseqüentemente, favorece à proliferação do vírus;

CONSIDERANDO, nessa esteira, que a proliferação excessiva do vírus, conforme vem sendo amplamente divulgado na imprensa nacional e internacional, provocará o colapso do sistema de saúde, como, inclusive já vem ocorrendo no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO, sem embargos, que a política pública de enfrentamento da pandemia pressupõe que a população permaneça em isolamento/quarentena em suas moradias e unidades de saúde, sendo que, para além da mera retórica, o fornecimento de água se assoma imprescindível, sobretudo para, diante desse estado de pandemia, auxiliar no combate à proliferação do vírus;

CONSIDERANDO que os pacientes doentes orientados a permanecer em quarentena/isolamento domiciliar dependem de hidratação contínua para melhoria de seu quadro de saúde;

CONSIDERANDO, então, que, na hipótese de interrupção do serviço, poderá ser necessário que o Poder Público adote medidas e meios alternativos de oferta de água para higiene e hidratação da população, como a contratação de carros-pipas de terceiros, requisição de poços e fontes privadas, intervenção, "mutirões" e outros meios eficientes e razoáveis para salvaguarda da coletividade;

CONSIDERANDO que, na hipótese de interrupção de serviços de água, a prestação de informação imediata e em tempo real permite que a população promova racionamento de água, priorizando a higiene pessoal e local, e hidratação;

CONSIDERANDO, outrossim, que a interrupção dos serviços de água obstaculiza que a população promova a higienização pessoal e local, além de hidratação contínua, determinando o fracasso das políticas públicas em curso para enfrentamento da pandemia por COVID-19;

CONSIDERANDO, de mais a mais, que o tratamento e abastecimento de água constitui serviço público essencial, conforme estabelece o art. 10, I, Lei n. 7.783/89;

CONSIDERANDO que o serviço público de fornecimento de água, remunerado por tarifa, é regulado pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo, pois, nos termos do artigo 22, ser prestado de forma adequada, eficiente, segura e contínua, sob pena de o fornecedor ser responsabilizado civilmente;

CONSIDERANDO, nesse viés, que a omissão na adoção de providência em situação de calamidade pública pode resultar em responsabilidade administrativa, civil e criminal a quem lhe der causa;

Resolve RECOMENDAR ao Diretor-Presidente da SANESUL—Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul:

i) a partir do recebimento desta, promova a regularidade do serviço de distribuição domiciliar de água tratada, em todos os bairros desta cidade de Mundo Novo-MS, não permitindo que haja descontinuidade da distribuição, garantindo o serviço essencial seguro, com padrão de potabilidade adequado, de forma a não oferecer qualquer risco à saúde da população, mormente em razão da COVID-19;

ii) promova o cumprimento do item *i* da presente Recomendação, com adequada prestação de serviço, assegurando o suprimento de água potável de forma contínua, durante as 24h (vinte e quatro horas) do dia, mantendo a rede pública com pressão dinâmica disponível para que possa permitir o abastecimento sem interrupções;

iii) na hipótese de interrupção do serviço de abastecimento em situação de emergência que atinja a saúde das pessoas, na eventual necessidade de efetuar reparos na rede ou mesmo melhoria nos sistemas, promova o abastecimento de água à população, enquanto durar a pandemia do COVID-19, através de meios alternativos disponíveis;

iv) divulgue, no mínimo, 3 (três) boletins de informação diários (*manhã, tarde e noite*) sobre a existência de interrupção de serviço de água em bairros nesta cidade de Mundo Novo-MS, com esclarecimentos sobre a causa da interrupção, os exatos locais (bairros e ruas) atingidos e a estimativa realista de seu restabelecimento, assim como orientações sobre racionamento de água, se couber;

v) divulgue, de imediato e em tempo real, a ocorrência de interrupção do serviço de água e esgoto em determinada localidade, assegurando o maior tempo possível à população para promover o racionamento indispensável ao enfrentamento da pandemia por COVID-19;

vi) realize a divulgação das informações e boletins diários por todos os veículos de comunicação disponíveis à população, inclusive mediante TV, Rádio, Imprensa, Canais de Notícia na *internet, Twitter, Facebook, Instagram e Whatsapp*.

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis.

Cientifique o Diretor-Presidente da SANESUL para que informe, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 72h (setenta e duas horas)<sup>8</sup>, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

II. Ao Prefeito Municipal de Mundo Novo-MS, para que fiscalize a execução dos serviços de água neste município, adotando as medidas de emergência disponíveis para assegurar a continuidade dos serviços essenciais, e, ainda, orientando à população na hipótese de racionamento e interrupção dos serviços supracitados.

III. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Mundo Novo, 23 de abril de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

<sup>8</sup> O exíguo prazo se justifica em razão da gravidade da situação que afeta várias famílias nesta cidade de Mundo Novo-MS, sobretudo em decorrência do estado de pandemia declarado pela OMS pela COVID-19.

Ressalta-se, mais uma vez, que já existem, por ora, 02 (dois) casos positivos para COVID-19 neste município, de tal maneira que a urgência na adoção de medidas ora recomendada se assoma imprescindível para assegurar a saúde da população e, ainda, para evitar a proliferação do vírus.

---

**PARANAÍBA**

---

**TERMO DE AJUSTAMENTO E CONDUTA<sup>9</sup>**

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2019.00001341-4

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/1985, acrescido pela Lei n. 8.078/1990 as partes abaixo qualificadas se obrigam a cumprir as obrigações adiante pactuadas.

**TÍTULO I – DAS PARTES**

Compromitente: O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio de seu agente signatário, Ronaldo Vieira Francisco, Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba.

Compromissário: Prefeitura Municipal de Paranaíba, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal Ronaldo José Severino de Lima, CPF: 362.082.056-20, RG: 538129 SSPMG.

**TÍTULO II – DO OBJETO**

O Compromissário reconhece a necessidade de adequação da mobilidade urbana na Rua Batista Bezerra, verificados através do Relatório fotográfico elaborado por esta Promotoria de Justiça.

**1. DAS OBRIGAÇÕES**

1.1 O COMPROMISSÁRIO se obriga a proceder à implantação de calçamento na Rua Batista Bezerra de modo a viabilizar o trânsito adequado por pedestres que transitem por aquela via pública.

1.2 O COMPROMISSÁRIO se obriga a proceder à adequação do acesso ao local, através da efetiva implantação de obras de calçamento na via.

1.2 O COMPROMISSÁRIO se comprometer a realizar as obras indicadas nas cláusulas ns. 1.1 e n. 1.2 no prazo de 3 (Três) Meses a partir da data da assinatura do Presente Termo de Ajustamento de Conduta.

**2. Do Descumprimento**

2.1 O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo COMPROMISSÁRIO, até a data fixada pelo item específico, implicará no pagamento ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados<sup>10</sup>, instituído pela Lei Estadual nº 1.721, de 18.12.96, conforme dispõem seus art. 1º, 2º e 3º, que regulamenta o art. 13, da Lei de Ação Civil Pública<sup>11</sup> da multa diária de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), até a satisfação integral da obrigação aqui assumida, incidindo a cláusula penal a partir do dia imediato em que houver transcurso dos prazos estabelecidos nos item n. 1.1 e 1.2<sup>12</sup> sem prejuízo da adoção das medidas judiciais para o cumprimento específico das obrigações assumidas.<sup>13</sup>

---

9Art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, que Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

<sup>10</sup> O Art. 37, §3º, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente, cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente, e cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento. § 3º O compromisso de ajustamento deverá indicar a destinação dos valores das multas cominatórias.

<sup>11</sup> O art. 13, §2º, da Lei n. 7.347/85: Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. § 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.

<sup>12</sup> O Art. 37, §2º, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente, cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente, e cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento. § 2º Quando a multa cominatória for diária, deverá o compromisso de ajustamento prever o seu termo inicial.

<sup>13</sup> O Art. 37 da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente, cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente, e cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso. Assim também, o Art. 43, §2º, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Caberá ao órgão de execução que celebrou o compromisso a responsabilidade de fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados. §2º. Na hipótese de descumprimento do compromisso de ajustamento, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento promover, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência.

### 3. Da Fiscalização

3.1 A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado se dará pelo Próprio Órgão de Execução do Ministério Público Estadual<sup>14</sup> signatário do presente instrumento ou pelo Departamento de Apoio à Atividade de Execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DAEX ou, ainda, outro órgão que vier a ser indicado pelo Ministério Público Estadual.

### 4. Das Controvérsias

4.1 As questões que eventualmente, surgirem em decorrência do compromisso serão dirimidas no foro da comarca de Paranaíba/MS.

Por estarem assim combinados, firmam o presente compromisso, em 4 (Quatro) Vias, encaminhando-se cópia ao Conselho Superior do Ministério Público junto com a Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001341-4, que originou a celebração do presente instrumento.<sup>15</sup> (cf. artigo 41 da Resolução nº 015/2007).

Paranaíba, 10 de março de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
Promotor de Justiça da Habitação e Urbanismo

RONALDO JOSÉ SEVERINO DE LIMA  
Prefeito Municipal

---

## COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

### ANAUROLÂNDIA

---

#### EDITAL Nº 0002/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000002-0.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS.

Requerido(s): Márcia Regina da Costa.

Assunto: Apurar desmatamento de 9,90 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Bom Jesus II, em Anaurilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 98/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 23 de abril de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO  
Promotor de Justiça.

<sup>14</sup> O Art. 43, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Caberá ao órgão de execução que celebrou o compromisso a responsabilidade de fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados.

<sup>15</sup> O Art. 38 e 39, § da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta nos processos eletrônicos, o órgão de execução deverá instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas e promover o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público homologar a promoção de arquivamento. Art. 39, §2º, da Resolução n. 0015/2007: Havendo necessidade de acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do termo de ajustamento de conduta, deverá o órgão de execução instaurar procedimento administrativo, nos moldes da Resolução nº 005/CPJ/2012, instruindo-o com os termos do acordo e, se conveniente, com as peças principais do inquérito civil ou do procedimento preparatório arquivado. § 2º A instauração do procedimento administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta somente será obrigatória a partir da implantação do sistema de processo eletrônico SAJ/MP no âmbito do respectivo órgão de execução.

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 0005/2020/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000108-4

Requerente: Núcleo de Geotecnologias - NUGEO

Requerido: Rubens Alves dos Santos.

Assunto: Apurar possível prática de supressão de 26,27 hectares de vegetação nativa, ocorrida na Fazenda Santa Izabel, entre 17/02/2016 e 21/04/2017, sem autorização do órgão competente, constatada por ocasião da deflagração da operação Mata Atlântica de Pé, conforme parecer n. 95/19/NUGEO/MPMS n. ID 1025.

Angélica, 23 de abril de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0006/2020/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000107-3

Requerente: Núcleo de Geotecnologias - NUGEO

Requeridos: Kennedy Uilian e Hércules Uilian.

Assunto: Apurar possível prática de supressão de 20,42 hectares de vegetação nativa, ocorrida na Fazenda Santa Gabriela, entre 17/03/2016 e 20/07/2017, sem autorização do órgão competente, constatada por ocasião da deflagração da operação Mata Atlântica de Pé, conforme parecer n. 87/19/NUGEO/MPMS n. ID 1025.

Angélica, 23 de abril de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0007/2020/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000110-7

Requerente: Núcleo de Geotecnologias - NUGEO

Requeridos: Kennedy Uilian e Hércules Uilian.

Assunto: Apurar possível prática de supressão de 13,38 hectares de vegetação nativa – Bioma Mata Atlântica, ocorrida na Fazenda Renascer, sem autorização do órgão competente, constatada por ocasião da deflagração da operação Mata Atlântica de Pé, conforme parecer n. 100/19/NUGEO/MPMS n. ID 1089.

Angélica, 24 de abril de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL N° 0017/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001406-8.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001406-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar o cumprimento integral da Recomendação nº 0005/2020/PJ/DPS, visando a edição de normas regulamentadoras para as contratações diretas no âmbito da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 23 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N.º 15/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000555-8, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000555-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cirumed Comércio Ltda. e Dalton de Souza Lima.

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, nas modalidades enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação de princípios da administração pública, praticado, em tese, pelo ex-prefeito de Corguinho/MS, Dalton de Souza Lima, visando beneficiar a empresa CIRUMED Comércio Ltda, realizando pagamento supostamente irregular no valor de R\$ 90.357,13 (noventa mil, trezentos e cinquenta e sete reais, e treze centavos), no último dia útil de sua gestão.

Rio Negro, 23 de abril de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 16/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000151-8, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000151-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josimar Antônio Barbosa de Melo.

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 13,16 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida (CARMS nº 22.736), em Corguinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer n. 517/17/NUGEO.

Rio Negro, 24 de abril de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 17/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000205-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000205-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Evaldo Paes Silva.

Assunto: Colher elementos de verossimilhança sobre eventual ilegalidade no acúmulo de cargos públicos.

Rio Negro, 24 de abril de 2020.

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal